



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 48340.002541/2021-81

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para confecção de carimbos automáticos entintados, em estoque, por demanda, para o Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. Estimativa de Preços e Preços Referenciais

Item	Descrição dos Carimbos	Identificação CATMAT	Quant	Valor Máximo Aceitável (R\$)	
				Unit.	Total
01	Carimbo automático entintado, corpo em acrílico, base em resina retangular, retrátil com mola, medindo 3,8cm x 1,4cm, parte descritiva a ser confeccionada em fotopolímero. ref. 4911.	150192	120		
02	Carimbo automático entintado, corpo em acrílico, base em resina, retangular, retrátil com mola, medindo 4,7cm x 1,8cm, parte descritiva a ser confeccionada em fotopolímero. ref. 4912.	150192	80		
Total Geral					

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima;

1.4. O contrato terá vigência de **12(doze) meses** a contar da data de sua assinatura;

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Total e Unitário.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Com a implantação do Sistema Eletrônico de Informação-SEI a criação/elaboração e tramitação de processos/documentos passaram a ser feitos na configuração eletrônica, inclusive as assinaturas dos responsáveis passaram a ser feitas eletronicamente, o que veio a suprimir a necessidade de impressão dessa documentação, e por consequência a utilização de carimbos para identificação dos autores e das suas respectivas assinaturas, anteriormente necessárias na forma física. Entretanto, ainda existem formulários e mesmos documentos formados nas unidades administrativas que ainda não foram totalmente migrados para o SEI e dependem de impressão física para tramitar e circular, tanto internamente como externamente, razão pela qual ainda perdura a necessidade de carimbos, se bem que diminuta.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução abrange a prestação do serviço de confecção de carimbos para atender às necessidades do Ministério de Minas e Energia, em Brasília-DF, desde o pedido a Contratada até a entrega no Órgão e que deverá ser executado por profissional qualificado e de acordo com a boa técnica;

3.2. Para os serviços normais, o prazo de entrega contar-se-á a partir do recebimento da solicitação do Ministério, conforme disposto abaixo:

I - Até 10 carimbos – 2 dias;

II - Mais de 10 carimbos – 3 dias;

3.2.1. A solicitação será feita por e-mail e/ou fax pelo Fiscal do Contrato ou Substituto, na ausência de ambos o Coordenador da COAGE poderá dar encaminhamento a solicitação;

3.2.2. No entanto, os casos **emergenciais** deverão ser atendidos imediatamente após o recebimento da solicitação, não ultrapassando **3(três) horas**;

3.3. Os bens produzidos em decorrência do contrato deverão ser padronizados com os modelos já existentes, a menos quando expressamente indicados contrariamente;

3.4. Caso, no ato do recebimento seja verificada alguma desconformidade com os quantitativos ou especificações constantes deste TR a Contratada deverá realizar os ajustes necessários no prazo máximo de **2 (dois) dias** úteis;

3.5. Os serviços rejeitados, devido a uso de materiais não especificados ou considerados mal executados, deverão ser refeitos corretamente, com materiais e tipo de execução aprovados pela Fiscalização, arcando a Licitante vencedora com o ônus decorrente do fato;

3.6. Dos mecanismos de comunicação:

3.6.1. A comunicação entre a Administração Pública e a Contratada deverá ser sempre formal, exceto em casos que justifiquem outro canal de comunicação;

3.6.2. A comunicação dar-se-á por meio de ofícios, e-mails ou de outros que possam ser registrados;

3.6.3. Quando da comunicação através de e-mail, os seguintes requisitos devem ser observados, conforme disposição constante do Manual de Redação da Presidência da República, tais como:

3.6.3.1. Sempre que disponível, deve-se utilizar recurso de confirmação de leitura;

3.6.3.2. Caso não seja disponível, deve constar da mensagem pedido de confirmação de recebimento;

3.6.4. O canal de comunicação entre o MME para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura do Preposto, que é o representante da Empresa junto ao Ministério;

3.6.5. Havendo mudança de endereço de qualquer unidade do Contratante atendida por este contrato, dentro da Região do Plano Piloto de Brasília, a Contratada ficará obrigada a manter o atendimento sem qualquer ônus adicional, nos dias úteis, de acordo com a necessidade;

3.7. Os serviços somente poderão ser solicitados, por meio de Ordem de Serviços, na qual deverá constar de forma detalhada e unitária os serviços a serem executados pela empresa;

3.8. Os serviços, objeto do presente Termo de Referência, compreendem a confecção de carimbos, conforme especificações e quantitativos descritos na planilha abaixo:

Item	Descrição dos Carimbos	Identificação CATMAT	Quant
01	Carimbo automático entintado, corpo em acrílico, base em resina retangular, retrátil com mola, medindo 3,8cm x 1,4cm, parte descritiva a ser confeccionada em fotopolímero, ref. 4911.	150192	120
02	Carimbo automático entintado, corpo em acrílico, base em resina, retangular, retrátil com mola, medindo 4,7cm x 1,8cm, parte descritiva a ser confeccionada em fotopolímero. ref. 4912.	150192	80

3.9. A estimativa da quantidade dos serviços teve como base a demanda dos últimos 12(doze) meses, e não configura responsabilidade do MME em adquiri-la, pois a emissão da Ordem de Serviço será em função da necessidade, não estando o MME adstrito a qualquer consumo ou cota mínima.

3.10. A Contratada deverá garantir os serviços prestados, inclusive os materiais, por um período de 3(três) meses, a contar do recebimento. Quaisquer consertos serão sem ônus para o Ministério.

3.11. A garantia dos serviços e materiais consiste na prestação, pela empresa licitante vencedora, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor e alterações.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002, em função das características gerais e específicas de mercado e atendem a métodos e técnicas pré-estabelecidas, padrões de desempenho, de qualidade e especificações usuais de mercado e comumente conhecidas;

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A contratação poderá ser efetuada por Dispensa de Licitação, dado o seu valor e nos termos da legislação abaixo e demais condições ao qual o objeto se enquadra:

5.1.2. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

5.1.3. Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

5.1.4. Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal;

5.1.5. Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019, que alterou o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

5.1.6. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.2. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, inclusive de serviços comuns de engenharia de que trata o Decreto nº 10.024/2019, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão;

5.3. Do prazo da vigência contratual: **12(doze) meses** a contar da data de sua assinatura;

5.4. Quanto à necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: não haverá.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Constituem obrigações específicas do Contratante:

6.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

6.1.2. Rejeitar os carimbos entregues em desacordo com as especificações deste Termo de Referência;

6.1.3. Comunicar por escrito à Contratada, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas em quaisquer carimbos fornecido(s), para que seja(m) substituído(s), nos prazos previstos;

6.1.4. Comunicar por escrito à Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas no Termo de Referência, determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização;

6.1.5. Aplicar por atraso parcial ou total no fornecimento dos materiais, as sanções administrativas previstas no art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e outras previstas na legislação;

6.1.6. Efetuar os pagamentos no prazo, nas condições e preços pactuados.

6.1.7. Designar um servidor para atuar como fiscal do contrato, sendo o mesmo responsável pela emissão das Ordens de Serviços e acompanhamento dos mesmos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo das obrigações estabelecidas nas normas legais e técnicas aplicáveis a este Instrumento e à aquisição nele prevista, conforme a seguir:

7.1.1. Cumprir integralmente as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, Legislação vigente, Normas pertinentes e a sua proposta;

7.1.2. Entregar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, quantitativos consignados neste Termo de Referência;

7.1.3. Responsabilizar-se pelo fornecimento dos serviços, nos prazos fixados, atendidos os requisitos e observadas às especificações constantes deste Instrumento;

7.1.4. Fornecer todos os materiais, mão-de-obra, equipamentos, transporte e ferramentas necessárias à execução dos serviços, inclusive aqueles de segurança e proteção individual, mesmo fora do Ministério;

7.1.5. Levar imediatamente ao conhecimento do Fiscal do Contrato qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços;

7.1.6. Acatar as instruções e observações da fiscalização do contrato, refazendo qualquer trabalho não aceito;

7.1.7. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos serviços sem qualquer ônus ao Contratante;

7.1.8. Substituir todos e quaisquer serviços com defeito no prazo de até 2(dois) dias úteis;

7.1.9. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando a documentação comprobatória sempre que solicitado;

7.1.10. Responsabilizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos itens objeto da contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte do Contratante (art. 70 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002).

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993;

10.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada, que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

10.3. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer a correção das falhas, falhas e irregularidades constatadas, principalmente quando:

- 10.3.1. não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 10.3.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- 10.4. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções de acordo com as regras previstas no ato convocatório;
- 10.5. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;
- 10.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 11.1. Os serviços executados serão acompanhados e recebidos pelo Fiscal do Contrato, que verificará na ocasião da entrega, a qualidade e a quantidade especificadas nas Ordens de Serviços, o que não impede de solicitar reparos, no caso de necessidade;
- 11.2. Os serviços demandados serão apresentados e totalizados num formulário específico, com a relação das Ordens de Serviços, quando da emissão da Fatura/Nota Fiscal dos Serviços para efeito de pagamento;
- 11.3. As entregas (transporte) dos carimbos até a sede do Ministério, serão de inteira responsabilidade da Contratada.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB nº 791, de 10 de dezembro de 2007. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução;
- 12.2. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o atesto a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida;
- 12.3. Os serviços serão faturados mensalmente, com a apresentação de um formulário com a relação das Ordens de Serviços de carimbos, emitidas pela unidade demandante e efetivamente concluído;
- 12.4. O pagamento se dará por meio de Ordem Bancária em até 10(dez) dias úteis após o recebimento dos serviços efetivamente executados, mediante atesto da Nota Fiscal da Empresa, firmado pelo Fiscal do Contrato, responsável pelo acompanhamento dos serviços.

13. REAJUSTE

- 13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

14. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 14.1. Não haverá devida ser uma contratação por demanda e de valor de pequena monta.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 15.1. A vigência do contrato a que se refere este Termo de Referência será de **12(doze) meses**, a contar da data de emissão da Nota de Empenho, não sendo prorrogável.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Comete infração administrativa que nos termos da Lei 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520 de 2002, a contratada que:
- 16.1.1. Deixar de entregar os documentos e proposta exigidos neste Edital, quando convocada pelo Pregoeiro;
- 16.1.2. Apresentar documentação falsa na licitação: até 5 anos e descredenciamento do SICAF, sendo o ato devidamente comunicado ao Ministério Público Federal;
- 16.1.3. Ensejar o retardamento do fornecimento do objeto deste Edital;
- 16.1.4. Não mantiver a proposta apresentada na licitação;
- 16.1.5. Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93: até 5 anos e descredenciamento do SICAF;
- 16.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:
- 16.2.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 16.2.2. **Multa moratória diária de 1% (um por cento)** sobre o(s) valor(es) da(s) Ordem(ns) de Serviços, em caso de atraso na entrega dos carimbos, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 16.2.2.1. **Multa 2% (dois por cento)** sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 16.2.3. **Multa moratória diária de 1% (um por cento)** sobre o(s) valor(es) da(s) Ordem(ns) de Serviços, em caso de ~~descumprimento dos prazos~~ de substituição dos carimbos com defeitos;
- 16.2.4. **Multa de 1% (um por cento)** sobre o(s) valor(es) da(s) Ordem(ns) de Serviços em caso de descumprimento das especificações técnicas dos carimbos.

17. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 17.1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, com a utilização de materiais para confecção das chaves que atendam a legislação citada.

18. DOS ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

- 18.1. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas e suprimidas pela Comissão Permanente de Licitação, por meio da COAGE – Coordenação de Atividades Gerais, situada no 1º andar, sala 130, ala norte - Bloco “U”, Esplanada dos Ministérios - MME, ou pelo telefone (61) 2032-5503, em Brasília DF.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 19.1. A despesas será custeada à conta da Ação: 2000 PTRES: 173417 ND: 339039 Fonte 0100000000.

